



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

RESOLUÇÃO TC Nº 110, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

ANEXO XVIII

DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE

Determinação/Recomendação	Situação	Ações	Justificativa
Processo TC nº: 1858461-5			
Processo TC nº: 16100235-3			
- Efetuar de forma integral e tempestiva o recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao RGPS (A1.1);	Cumprida	Revisão de Rotinas Administrativas e Contábeis, melhor acompanhamento e planejamento financeiro, possibilitando a devida contabilização e efetivo recolhimento das contribuições.	
- Atentar para o pagamento dos encargos devidos (multa e juros de mora) quando do recolhimento intempestivo das contribuições previdenciárias ao RPPS. (A2.2);	Cumprida	No acontecimento do caso em tela estabelecimento da devida notificação e devido recolhimento pelo agente.	
- Desenvolver estudos a fim de ampliar a arrecadação dos tributos próprios que lhes são de competência;	Implementada Parcialmente		Revisão de rotinas administrativas. Melhoria no planejamento tributário e adequação de sistema informatizado de tributos.
- Cumprir as regras previstas no estatuto das licitações, de forma a respeitar, também, dispositivo constitucional acerca do tema (abrir os consentâneos processos de inexigibilidade, dispensa ou licitação). Prazo para cumprimento: até 30/12/2019	Cumprida	Revisão de rotinas administrativas, suporte jurídico e estruturação do setor de licitações municipais.	

LEGENDA:



ESTADO DE PERNAMBUCO TRIBUNAL DE CONTAS

Determinação/Recomendação: elencar, uma a uma, por processo, as determinações ou recomendações contidas nas deliberações (decisões ou acórdãos) emitidas pelo TCE/PE, nos três últimos anos, compreendendo o referente ao da prestação de contas e os dois anteriores.

Situação: informar se a determinação ou recomendação foi cumprida (implementada), implementada parcialmente ou não implementada.

Ações: informar as ações adotadas para implementação da determinação ou recomendação correspondente.

Justificativa: este campo deverá ser preenchido com os esclarecimentos julgados pertinentes em caso de não implementação ou implementação parcial da determinação ou recomendação correspondente.